

Fl. 142
y 8
AB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ACTA N.º 11, DE 30/04/2019

No dia 30 de Abril de 2019, reuniu, pelas 20:30 horas, nos Paços do Município em sessão ordinária Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ata da reunião extraordinária da AM de 25 de Janeiro e ata da reunião ordinária, seguida de reunião extraordinária, de 28 de Fevereiro de 2019.
2. Eventual intervenção do público (cf. art. 41/2 do Reg.); assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
3. Informação da actividade da Mesa da AM e seu presidente.
4. Informação escrita da actividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Documentos de Prestação de Contas – 2018.
6. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2019.
7. Alteração ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.
8. Intervenção do público (cf. 41/1 do Reg.).

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Manuel António da Rocha Pereira, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Manuel António Fernandes Mendes, António da Silva Pinto, Giselda Martins de Sousa, Ângelo Soares Fernandes, José António da Costa Moreira da Rocha, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, José Correia Teixeira Martins, Maria Celeste José dos Santos, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, António Pedro Maldonado Martins de Carvalho, Tiago José Moreira da Rocha, António Pereira Magalhães, Paulo Fernando Nogueira Martel da Silva, Ana Milene da Silva Pinto, Cláudio Silva da Costa, José Carlos Vieira Tavares e Maria Manuela de Sousa Moreira.



Mandato 2017/2021
ACTA N.º 11
30.04.2019

Presentes também os Presidentes de Junta, eleitos por inerência, a saber: Mónica Rocha, em representação da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, António Filipe Moura Fernandes, Vitor Manuel Quintas Pinho, José António S. Teixeira, em representação da Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Francisco Manuel Fernandes Silva e José António dos Santos Vilela.

Da Câmara Municipal (CM) presentes:

O Presidente, Gonçalo Fernando da Rocha de Jesuse os Vereadores Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Liliana Catarina Martins Vieira e Cláudia Vanessa Silva Rodrigues Pereira.

Presidiu António Gouveia Coelho, ladeado por Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e António da Silva Pinto, 1ª e 2º. Secretários, respectivamente.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:40 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia, por motivos pessoais. A AM nada opôs à requerida substituição e aceitou que, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Ângelo Soares Fernandes, nos termos dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ulteriores alterações).

- Marisa Vieira da Cunha Santos, por motivos pessoais. A AM nada opôs à requerida substituição e aceitou que, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Maria Celeste José dos Santos, nos termos dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ulteriores alterações).

1. Ata da reunião extraordinária da AM de 25 de Janeiro e ata da reunião ordinária, seguida de reunião extraordinária, de 28 de Fevereiro de 2019.

Colocada à votação, a AM deliberou por unanimidade (pelos membros que participaram na reunião) aprovar a actada reunião extraordinária da AM de 25 de Janeiro.

O membro Almiro Moreira assistiu à sessão a partir desta altura.

O membro Rocha Pereira usou da palavra para dizer que em relação à ata da sessão de 28 de Fevereiro, na sua declaração de voto proferida no âmbito do ponto relativo à “Reposição das 9 Freguesias do Concelho de Castelo de Paiva” há que retirar a palavra “*não*” da seguinte expressão “...não tivesse sido possível obter o tal consenso com uma proposta única...”, porque quis dizer o contrário. Solicitou a devida correcção.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para dizer que em relação à ata da sessão de 28 de Fevereiro, no ponto 11, havia que trocar a palavra “*suplente*” por “*efectivo*” na referência feita ao membro Pedro Maldonado. Disse que se queria retratar pelo conteúdo da sua intervenção na sessão de 28 de Fevereiro no âmbito do ponto relativo à “Reposição das 9 Freguesias do Concelho de Castelo de Paiva”, quando disse que se uma freguesia, por vontade da Assembleia, tivesse sido agregada, teria duplicado o orçamento no primeiro mandato. Referiu que essa informação estava incorrecta, porque o que a lei dizia era que via aumentado o seu orçamento em 25%.

Colocada à votação, e salvaguardando as alterações anteriormente referidas, a AM deliberou por unanimidade (pelos membros que participaram na reunião) aprovar a ata da reunião ordinária, seguida de reunião extraordinária, de 28 de Fevereiro.

Os membros Cláudio Costa, Alcina Correia, Pedro Maldonado e Ângelo Fernandes, assistiram à sessão a partir do ponto seguinte.

2.Eventual intervenção do público (cf. art. 41/2 do Reg.); assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).

O Sr. Manuel Barbosa, residente em Vale da Mota, Freguesia de Real, usou da palavra para dar nota da ausência de saneamento básico no Loteamento do Vale da Mota; sobre o mau estado de conservação das pontes sobre o rio Sardoura; sobre a sinalização vertical que se encontra queimada na EN 224 que liga Real a Arouca.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que apesar de ainda não haver trabalho visível, estão a ser trabalhadas intervenções em todas as áreas referidas pelo Sr. Manuel Barbosa (fase de submissão de candidaturas ao “PROVER - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos”).

Disse também que há outros investimentos que estão a ser articulados com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real integrados no empréstimo de médio e longo prazo que está a aguardar o “Visto” do Tribunal de Contas, ao nível da reparação de caminhos e pavimentações na freguesia.

Referiu que há uma intervenção que será suportada pela Câmara Municipal que tem a ver com a estrada da Cascavilhosa ao Gilde, no montante de cerca de 35.000,00.

Em relação ao saneamento no Vale da Mota, disse que vai ser instalada uma estação de tratamento por parte da empresa “SIMDOURO”, cabendo à Câmara Municipal fazer as ligações em baixa e encontrar o local para a sua instalação (local já foi encontrado estando-se a aguardar um parecer da “Estradas de Portugal”). Disse que esta estação de tratamento irá beneficiar o lugar do Vale da Mota, bem como, uma parte considerável da freguesia de Real.

Deu nota que a sinalização, e uma parte considerável da recuperação de estradas na freguesia de Real, está integrada numa empreitada no montante de cerca de 700.000,00 que também terá de ter o “Visto” do Tribunal de Contas.

Concluiu, referindo que a seu tempo também será feito um investimento considerável na recuperação das pontes sobre o rio Sardoura.

O membro José Teixeira usou da palavra para propor um voto de louvor à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros” (entregou proposta à Mesa)

por se ter sagrado campeão distrital de Futsal, e consequente subida à Segunda Divisão Nacional.

O Sr. Presidente da “União das Freguesias de Sobrado e Bairros” usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal pelo apoio logístico que deu à organização da “XVII Feira de Vinhos e Petiscos de Bairros”.

Deu os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real pela organização de mais uma edição da “Feira do Vinho e Produtos Rurais da Freguesia de Real”, e aos organizadores da “I Feira do Cavalo de Sabariz”.

Associou-se ao voto de louvor proposto pelo membro José Teixeira à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros”.

Solicitou o ponto de situação da colocação de sinalética na “Pia dos Mouros”.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para informar que o membro Alcina Correia solicitou verbalmente à Mesa a sua substituição pelo membro Tiago Rocha, que já estava presente a assistir à sessão. A AM nada opôs a que a substituição se operasse.

O membro Ângelo Fernandes usou da palavra para solicitar o ponto de situação da combustão das escombreyras das minas do Pejão, tendo perguntado se existe um plano para a recuperação da área ardida. Perguntou também se a “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro” vai assumir o custo pelos estragos causados na estrada pela passagem das máquinas, e se há algum plano para ressarcir a população que teve prejuízos resultantes da combustão das escombreyras.

Deu nota do bom trabalho que acha que tem sido feito pela “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” nas linhas de água dos nossos montes.

Solicitou o ponto de situação da conclusão da Variante à EN 222-1.

Perguntou se há uma data prevista para a abertura do bar de apoio ao “Parque de lazer do Choupal”.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho usou da palavra para dar conhecimento da abertura do “Posto de Cidadão” daquela freguesia.

Deu nota da realização da “IX Mostra das Actividades Económicas de S. Martinho”, nos dias 18 e 19 de Maio.

Referiu que na sequência do incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017, um cidadão na sua freguesia que ficou com o seu carro destruído solicitou auxílio à Junta de Freguesia na burocracia necessária para ser ressarcido do prejuízo. Lamentou o facto de a entidade responsável, recebidos os papéis, ter respondido que o prazo tinha sido ultrapassado.

Disse que está na AM há 18 meses e que esperava que os membros deste órgão estivessem a representar a população que os elegeu, algo que, com raras excepções, não tem visto.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real usou da palavra para agradecer o apoio logístico prestado pela Câmara Municipal na organização da Feira de Vinhos e Petiscos de Real.

Deu nota da urgência na realização de obras de pavimentação das estradas da freguesia; da falta de saneamento básico, também, no Loteamento do Outeiro; das pontes sobre o rio Sardoura que se encontram degradadas, em especial, a Ponte das Travessas e a Ponte de Santa Iria.

Solicitou a intervenção das “Estradas de Portugal” na colocação de rails na E.N. 224 entre Sobrado e Real.

Concluiu, solicitando maior colaboração da Câmara Municipal na divulgação dos investimentos a efectuar na freguesia de Real, nomeadamente, com a presença de um elemento do executivo municipal nas Assembleias de Freguesia.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para reiterar o reconhecimento à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros” pelo feito inédito no Futsal em Castelo de Paiva.

Alertou para o que considera ser o excesso de burocracia para se pedir o número de porta na Câmara Municipal.

Referiu-se aos incentivos trazidos para Castelo de Paiva pelo programa “SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”, dizendo que tinha ouvido falar nas questões legais, mas que pouco ouviu falar das questões éticas ou morais. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se concordava em ver um munícipe apresentar três candidaturas, tendo

todas elas sido aprovadas, e se são aquelas as que melhor servem os interesses de Castelo de Paiva.

Perguntou também se após o Sr. Presidente da Câmara ter tido conhecimento destas aprovações, tomou alguma medida no sentido de poderem existir outras oportunidades para outros Paivenses que não o Dr. Antero Gaspar.

A representante da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Mónica Rocha, usou da palavra para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho pela abertura do posto de cidadão daquela freguesia.

Congratulou-se pela implementação da medida relativa ao “Passe Social”, que já estava prevista no programa eleitoral do PS (Câmara Municipal e União de Freguesias) para as eleições autárquicas de 2017. Deu os parabéns à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” por ter aderido à medida.

O membro Tiago Rocha usou da palavra para solicitar o ponto de situação dos caminhos pedestres.


Perguntou ao Sr. Vice-Presidente da Câmara qual o alcance do edital da Câmara Municipal relativo à limpeza da rede secundária da faixa de combustíveis, tendo considerado que a limpeza é da competência da Câmara Municipal.

Associou-se às felicitações endereçadas à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros”.

Deu os parabéns à Assembleia Municipal pela organização da sessão solene de comemoração do 45.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

Lançou o repto ao GMPS e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em nome do GMPSD, em retomar a organização de uma Assembleia Municipal da Juventude que teria a responsabilidade de organizar a próxima sessão solene de comemoração do 25 de Abril de 1974.

O membro Manuel Mendes usou da palavra para solicitar o ponto de situação do Plano de Regeneração Urbana e da limpeza dos terrenos florestais. Disse que lhe fazia confusão que o dinheiro dos seus impostos sirva para



que os grandes proprietários fujam da responsabilidade de limpar os seus terrenos.

O membro José António Rocha usou da palavra para proferir a intervenção que a seguir se reproduz:

“ – Sr. Presidente da Assembleia Municipal, felicito-o por mais uma vez esta assembleia ter comemorado o 25 de abril. Felicito-o por ter associado a esta comemoração a comunicação social. É importante manter viva a ideia do 25 de abril, daquilo que ele representa em termos de conquistas – democracia, liberdade, direitos fundamentais e direitos sociais. É importante recordar como se sobrevivia antes da revolução. Em ditadura, sem liberdade de expressão, com guerra colonial, com uma elevadíssima taxa de analfabetismo e isolados do resto do mundo.

Nos dias de hoje, assistimos ao ressurgimento de fenómenos antidemocráticos, de extrema-direita, pela Europa e pelo Mundo. Por isso, é importante, repito, comemorar o 25 de abril. Repare-se que, para já, Portugal é dos poucos países da Europa que não tem no seu parlamento representação da extrema-direita. E dispensámo-la. A democracia defende-se e constrói-se dia-a-dia.

Quanto à comunicação social, tal como a conhecemos hoje, debate-se com sérios desafios, sendo um dos mais difíceis o da sustentabilidade económica, face à concorrência de outros canais que a internet permitiu criar. Por isso, associar a comunicação social local à comemoração do 25 de abril foi também uma ideia feliz. Parabéns Sr. Presidente e restantes membros da mesa e Câmara que colaboraram da organização desta simples mas importante iniciativa.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ainda bem que se retomou este hábito de celebrar abril. Mas celebrar abril não pode passar apenas por visitar o que foi alcançado. Celebrar abril é também celebrar o poder local – um dos frutos da revolução. Mas, o poder local, apesar do seu sucesso no contributo para a melhoria das condições de vida das populações ser inquestionável ao nível da freguesia e do município, encontra-se

ainda manco de um dos seus pilares – as regiões administrativas no continente, tal como determina a Constituição da República Portuguesa.

Assim, e como acredito que uma verdadeira reforma do Estado só ocorre com a criação das regiões administrativas, quero deixar aqui o meu apreço por esta assembleia ter aprovado, em 28 de fevereiro passado, uma moção que a propósito da reorganização das freguesias, reivindica para o debate público a discussão da importância da regionalização na reorganização territorial administrativa.

Termino com um desafio a esta Assembleia e à Câmara Municipal, para que nos mantenhamos atentos e que a curto ou médio prazo possamos tomar uma posição neste debate – da regionalização, debate que já existe em alguns sectores da sociedade mas que ainda não entrou verdadeiramente no debate político nacional.”

O membro Giselda Neves usou da palavra para sensibilizar a Câmara Municipal para a recolha de lixo no período de Verão, incluindo o depositado nos ecopontos, de modo a termos o concelho limpo para os nossos visitantes.

Referiu que lhe custa ver serem gastos dinheiros públicos na limpeza das florestas, quando essa responsabilidade é dos respectivos proprietários.

Apresentou uma Moção em nome do GMPS, que leu e entregou à Mesa, relativa à comemoração do “Dia do Trabalhador” no dia 1 de Maio, que a seguir se reproduz:

“ - Celebraram-se, no passado dia 25 de abril os 45 anos em que se conquistou a liberdade em Portugal.

Vai celebrar-se amanhã, dia 1 de maio, mais um Dia Internacional do Trabalhador. Passaram-se já 133 anos desde a primeira grande manifestação dos trabalhadores nas ruas de Chicago e da greve geral em todos os Estados Unidos.

Comemorar o 1º de maio deve ser mais do que uma simples celebração internacional da união dos trabalhadores, mais do que um simples reconhecimento das primeiras reivindicações dos direitos laborais. O reconhecimento destes direitos é uma conquista civilizacional sempre inacabada,

uma luta que existe e persistirá, enquanto existir o desejo do progresso da humanidade. Mas celebrar o 1º de maio é muito mais do que isto! É reconhecer que as mulheres e homens que trabalham são seres humanos dotados de dignidade, detentores de direitos, deveres e valores inalienáveis e não simples instrumentos descartáveis na imensa máquina laboral. É reconhecer, acima de tudo, a supremacia dos valores e dos direitos humanos sobre as obrigações e deveres laborais.

Nesta data de grande simbolismo histórico queremos louvar todos os trabalhadores, mulheres e homens, que com o fruto do seu trabalho constroem os alicerces da nossa sociedade, contribuem para o progresso do nosso País e nos permitem sonhar com um futuro mais justo e mais digno.

Louvar, também, aqueles homens e mulheres que pelas mais variadas razões tiveram que ir procurar uma vida melhor além-fronteiras.

Queremos saudar, de forma particular, as mulheres que ainda lutam pela igualdade, nas diversas áreas do mundo do trabalho.

E saudar, de forma muito sentida, os mais jovens, que com um grande sentido de missão e, muitas vezes, com uma grande resiliência procuram o seu lugar no mercado do trabalho.

Celebrar o 1º de maio é, em suma, lutar por uma sociedade mais justa, progressista e fraterna.”

O Sr. Presidente da AM colocou a Moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida, colocou à votação o voto de louvor proposto pelo membro José Teixeira à “Associação Cultural e Desportiva de Bairros”, que foi aprovado por unanimidade.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, disse que lhe custava ver um membro da AM a desprestigiar a ação daquele órgão. Disse que os membros da AM não podem ficar com a ideia que estão aqui a falar de números e artigos, porque têm cumprido com as funções e competências daquele órgão.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que em relação à “Pia dos Mouros”, que fez uma visita ao local juntamente com o Sr.

Presidenta da União das Freguesias de Sobrado e Bairros, onde estabeleceram um compromisso mútuo para a colocação de sinalética direccional, painéis informativos e criação de uma infraestrutura que permita aos visitantes perceberem melhor o local. Disse que está a trabalhar para encontrar uma solução o mais rápido possível.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para manifestar a sua satisfação pelo arranque do “Passe Social”, medida que considera de grande mérito, porque vai tirar um custo significativo aos utentes na utilização de transportes públicos e retirar as viaturas pessoais dos centros urbanos.

Referiu que existem 200 Paivenses que tiram passe para se deslocar ao Porto com um custo de 128,00/mês, que com esta medida vão passar a pagar 40,00/mês, o que representa uma redução de cerca de 90,00/mês. Disse que os estudantes também vão ser beneficiados (sub-23 e 4 aos 18 anos), com uma redução de cerca de 60%, o que corresponde a um custo de 18,00/mês, permitido que esses estudantes se desloquem diariamente ao Porto.

Referiu também que o Município assegura o custo de 2,5%, em 2019; 10%, em 2020, e 15%, em 2021.

Considerou que esta é uma medida histórica em que Castelo de Paiva está inserido, porque há uma medida associada ao Fundo Ambiental que vai disponibilizar cerca de 1.800.000,00 para o lançamento deste programa, e com esse investimento vão pagar uma parte considerável deste montante: os 2,5% serão assegurados pelo Município de Castelo de Paiva em função dos utilizadores, ou seja, neste momento temos 200 utilizadores, mas não tem dúvidas que vai haver um aumento significativo desse número de utentes.

O Membro Milene Pinto ausentou-se da reunião.

Sobre a recolha do lixo, respondeu que nem sempre é fácil aos serviços acudir a todas as solicitações, e que tem de haver maior cuidado por parte da população na colocação dos resíduos nos contentores. Disse que espera registar melhorias com a recolha dos ecopontos por parte da empresa “SIMDOURO”.

Deu nota que a empreitada para a construção do “Centro de Recolha de Animais” está em fase de concurso público.

Em relação à limpeza das faixas de gestão de combustível, esclareceu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara fez uma acção de sensibilização junto da comunidade para estimular os proprietários a limpar os seus terrenos, porque se não o fizerem, a Câmara Municipal terá de se substituir aos proprietários na realização dessas limpezas cujo custo estimado é de cerca de 1.000.000,00.

Referindo-se à intervenção do membro José António Rocha, disse que a regionalização é um grande desafio que é muito importante para todos, desafio esse que mantém bem vivo.

Informou que em relação à Regeneração Urbana, que uma vertente tem a ver com os “PARU - Planos de Acção de Regeneração Urbana”, em que há uma série de intervenções em curso, e outras que estão para se iniciar, como é o exemplo da empreitada de “Requalificação da Av. General Humberto Delgado”, cujo investimento será de 273.000,00. Disse que há outras intervenções previstas que estão em fase de candidatura, como é o exemplo das empreitadas de “Requalificação da Rua Emídio Navarro” e do “Largo do Conde”.

Quanto ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, reconheceu que se regista um atraso na empreitada que não lhe agrada, mas que têm encontrado alguns obstáculos por parte de alguns proprietários que pedem valores muito altos pela alienação de parcelas de terrenos. Referiu que neste momento estão a ser construídos os Miradouros e que continua a considerar este projecto como um dos grandes investimentos no concelho.

Deu nota que o concurso relativo à empreitada para a reposição das infraestruturas destruídas pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro se encontra na fase de elaboração do relatório preliminar, lembrando que o processo ainda terá de ser enviado ao Tribunal de Contas para obtenção de “Visto”.

Sobre os incentivos trazidos para Castelo de Paiva pelo programa “SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”, respondeu que tem a máxima confiança no trabalho efectuado pelos técnicos da

“CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”. Disse que houve muita gente a concorrer, porque a Câmara Municipal se empenhou em divulgar o programa, e que reconhecia o mérito dos projectos que foram aprovados, bem como daqueles que não foram, pelo que não se ia focalizar em ninguém em concreto.

Disse também que o que importa é que os investimentos aconteçam para o bem de Castelo de Paiva.

Felicitou os seus Vereadores pelo trabalho que têm feito no domínio da toponímia. Disse que é um processo difícil que vai ser concluído a curto prazo.

Quanto ao saneamento nos loteamentos do “Vale da Mota” e do “Outeiro”, esclareceu que essa é uma das intervenções a realizar na freguesia de Real. Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, disse que desconhecia a situação relatada referente à perda da viatura por parte de um munícipe no incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017.

Informou que a conclusão da Variante à E.N. 222-1 se encontra em fase de elaboração do relatório final relativo ao procedimento para a adjudicação do projecto de execução.

Informou também que a abertura do bar de apoio ao “Parque Urbano do Choupal” deverá ocorrer a curto prazo, tendo anunciado que em breve será colocado naquele parque um novo equipamento no âmbito do “SIAC – Sistema de Apoio às Acções Colectivas”.

Anunciou que a combustão das escombreyras das minas do Pejão está extinta, estando a decorrer os trabalhos de consolidação das áreas envolventes. Disse que os prejuízos tidos por particulares têm sido reportados à “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro”, a quem têm solicitado a disponibilização de um programa de apoio ao ressarcimento desses prejuízos.

Concluiu, saudando o profissionalismo dos técnicos da “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro”.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente recomendando à Câmara Municipal que tem de pensar e enfrentar a questão chocante da limpeza de

faixas de gestão de combustível à custa do erário público. Disse que é uma questão ética e de responsabilidade que põe em causa a segurança das habitações.

Sugeriu que se for possível, a Câmara Municipal deve anotar quais são os proprietários cumpridores e aqueles que não o são, exaurindo o erário público, e que deles dê conhecimento à AM.

O membro Tiago Rocha usou da palavra para dizer que em relação à limpeza de faixas de combustível se estava a falar de duas coisas diferentes: limpeza de faixas de combustão secundárias, 10 metros, e limpeza dos terrenos em torno dos aglomerados populacionais, ou das casas, e isso sim são 50 metros. Disse que não estavam a desonerar os Paivenses das suas responsabilidades na limpeza dos terrenos, mas que há outra componente que tem a ver com a limpeza dos 10 metros: não se pode “colocar tudo no mesmo saco”, e naturalmente, os proprietários de pequenos ou grandes terrenos têm de limpar o que é seu, mas outra questão é a responsabilidade do Município nesta matéria.

Concluiu, referindo que se a lei está mal, já o está desde o ano de 2006 (governo do Eng.º José Sócrates).

O Sr. Presidente da AM reiterou o que tinha dito anteriormente sobre este assunto.

3. Informação da actividade da Mesa da AM e seu presidente.

A O Sr. Presidente da AM informou que aquele órgão fez-se representar nos seguintes eventos:

- XVII Prova de Vinhos e Petiscos de Bairros - 30.03.2019;
- Semana da Leitura – AECP - 01.04.2019;
- Inauguração do Espaço de Cidadão de S. Martinho - 27.04.2019.

De seguida, deu nota da correspondência endereçada à AM:

- Revista das Assembleias Municipais – Inquérito;
- União das Freguesias de Sobrado e Bairros - Convite – XVII Prova de Vinhos e Petiscos de Bairros;

- Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva Convite – Semana da Leitura;
- Sr. António Álvaro Costa Duarte - Inscrição para intervenção no período destinado ao público – AM Abril;
- Sr. Manuel António Vieira Barbosa - Inscrição para intervenção no período destinado ao público – AM Abril;
- Sr. Jorge Humberto Castro Rocha Quintas - Inscrição para intervenção no período destinado ao público – AM Abril;
- Casa Civil do Presidente da República - Recepção do e-mail relativo à Agregação ou desagregação de freguesias - Tomada de Posição.

4. Informação escrita da actividade da CM e da situação financeira do Município

“Presente o ofício n.º 529, datado de 21/02/2019, emanado do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da CM, entre os dias 11 de Novembro de 2018 e 18 de Janeiro de 2019, bem como uma informação da situação financeira, datada de 17/04/2019.


De acordo com o mapa dos encargos assumidos e não pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data do valor de 2.587.513,80 euros e do resumo diário de tesouraria, datado de 16/04/2019, no valor de 1.939.670,20 euros, sendo estes documentos depois de apreciados, arquivados na pasta anexa a esta acta.”

O membro Almiro Moreira usou da palavra para manifestar a sua preocupação em relação ao montante da dívida a fornecedores que está mais alta do que estavam habituados.

Perguntou se a Câmara Municipal já está a utilizar o empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

Associou-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara de congratulação pela operacionalização do “Passe Social”.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho usou da palavra para dizer que na página 9 da Actividade da Câmara está inscrita a obra de “Alargamento de via e construção de muro no lugar de Mirante”. Disse que



quando muito deveria estar escrito que a obra foi feita em parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, porque a Junta investiu lá cerca de 8.000,00.

Deixou o desafio aos membros da AM de participarem nas sessões das Assembleias de Freguesia.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para assumir as actuais dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal, tendo informado que o empréstimo a curto prazo está disponível para ser utilizado.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, esclareceu que poderá ter havido um erro de escrita na redação da Atividade da Câmara, não tendo havido a intenção de menosprezar o trabalho da Junta de Freguesia.

A AM tomou conhecimento.

5. Documentos de Prestação de Contas – 2018.

Presentes os Documentos de Prestação de Contas de 2018, que depois de apreciados ficarão arquivados na pasta anexa a esta acta.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dar nota dos aspectos mais relevantes relativos aos documentos de prestação de contas.

Deu nota que a receita teve uma taxa de execução de 54%, enquanto a despesa teve uma execução de 53%, num orçamento cujo montante global era de cerca de 19.000.000,00.

Ainda ao nível da receita, referiu que a receita corrente arrecadada totalizou o montante de 9.053.000,00, enquanto a receita de capital arrecadada totalizou o montante de cerca de 1.000.000,00, reconhecendo a grande dependência da Câmara Municipal em relação às receitas provenientes do Orçamento de Estado.

Deu também nota das actuais dificuldades de liquidez, apesar de se ter registado um aumento do montante de despesa paga.

Realçou como dado mais relevante a descida gradual da dívida global da Câmara Municipal: liquidação de cerca de 14.300.000,00 desde o ano de

2009 (que à data totalizava cerca de 18.000.000,00), montante ao qual acrescem 500.000,00 decorrentes de sentenças judiciais.

Informou que o “PMP – Prazo Médio de Pagamento” está dentro dos parâmetros legais.

Enfatizou a despesa paga com as medidas de âmbito social, bem como, a liquidação do montante de 1.462.000,00 relativo ao serviço de dívida, salientando, no entanto, que as dificuldades continuam a ser muitas.

Em relação às despesas com pessoal, explicou o aumento comparativamente com o ano de 2017 com o aumento do salário mínimo, reposicionamentos remuneratórios e com o “PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública”.

Concluiu, referindo que espera ultrapassar a barreira simbólica do mês de Junho de 2019, coincidente com a liquidação total do “PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dividas do Estado”, para recolocar a Câmara Municipal no caminho das boas contas e da realização de investimento para as gerações vindouras.

O Sr. Presidente da AM declarou aberto o período para pedidos de esclarecimentos previsto no Regimento.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para perguntar qual foi a taxa de execução ao nível dos fundos comunitários.

O membro Manuel Mendes usou da palavra para perguntar de quando era o processo judicial referido na página 17 do Relatório de Gestão.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a taxa de execução dos fundos comunitários é baixa, e que será aumentada no decorrer do corrente ano (ex. rochedos de S. Domingos e estratégia “PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos”). Disse que se a Câmara Municipal tivesse uma boa saúde financeira teriam uma maior taxa de execução.

Em relação à questão colocada pelo membro Manuel Mendes, respondeu que se tratava do processo “Edipaiva”, cuja perda em tribunal foi incompreensível, que correspondeu a um montante a pagar de cerca de 200.000,00.

O Sr. Presidente da AM perguntou a que diziam respeito os trabalhos relativos a esse processo.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que foram trabalhos que a empresa entendia que executou em várias freguesias, mas que a Câmara Municipal entendeu que não foram feitos. Disse que nessa altura também foram outorgados os acordos de regularização de dívida que foram ruinosos para a Câmara Municipal e que recentemente o Tribunal de Contas considerou ilegais.

O Sr. Presidente da AM referiu que o processo “Edipaiva” é um exemplo da vergonhosa lentidão da justiça.

A representante da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Mónica Rocha, usou da palavra para dizer que os acordos de regularização de dívida também serviram para ajudar as Juntas de Freguesia a pagar as dívidas decorrentes das obras protocoladas com a Câmara Municipal.

Perguntou se a taxa de execução de fundos comunitários do Município é baixa porque também é baixa a nível nacional, ou pelo facto de ter havido a necessidade de se fazer alguma reformulação dos programas.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que vão chegar à taxa de execução prevista, mas não ao ritmo de outros Municípios que têm outro tipo de disponibilidade financeira para fazer obra com o seu próprio orçamento, solicitando os reembolsos à posteriori.

O Sr. Presidente da AM abriu o período destinado às intervenções.

O membro Almiro Moreira lamentou o facto de ao fim de 10 anos ainda se dizer que em 2009 a dívida era de 18.000.000,00.

Saudou o executivo municipal pela apresentação de um saldo global positivo no montante de cerca de 200.000,00, e pela redução da dívida global.

Manifestou a sua preocupação com a dívida de curto prazo, mais 1.000.000,00 de que em 2017, o que gera um deficit de liquidez; o acréscimo permanente dos custos com pessoal; a fraca execução da rubrica “outras receitas correntes e de capital”.

Lamentou também que passados estes anos ainda não seja possível fazer uma análise mais precisa das contas pela ausência de uma contabilidade analítica.

Concluiu, referindo que o GMPSD não se oporá à aprovação das contas.

O Sr. Presidente da AM perguntou se em relação à contabilidade analítica, foram observadas todas as previsões legais sobre as contas.

O membro Almiro Moreira respondeu sim, e não, porque julga que há alguns anos que é obrigatório os Municípios terem contabilidade analítica, mas que podiam não aderir a este sistema contabilístico com a devida justificação, que acha que é o que o Município tem feito.

O membro Manuel Mendes interveio novamente para dizer que a marca do actual executivo municipal tem sido a diminuição significativa da dívida, tendo salientado o facto de a receita corrente ser superior à despesa corrente e às amortizações.

Destacou a trajectória de gestão do Município no sentido da descida da dívida em consonância com o investimento na área social; o cumprimento do PMP – Prazo Médio de Pagamento; ter contas saudáveis apesar das dificuldades.

Concluiu, referindo que o GMPS irá votar favoravelmente à aprovação das contas.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que em relação ao montante da dívida ser de 16.000.000,00 ou de 18.000.000,00, que também ao nível das contas públicas do Estado já aconteceu ter sido apresentado um deficit, que afinal de contas era outro, que teve de ser reconhecido. Disse que alguma razão há de ter o facto de em 2009 se ter falado de um montante de dívida de 18.000.000,00.

O membro Almiro Moreira respondeu que não tem mais informação do que aquela vem nos relatórios, e portanto, quando olha para um relatório produzido em Abril de 2019 que refere que o capital em dívida em 31.12.2009 era de cerca de 16.800.000,00, tem de ter em conta este valor, porque nunca constou em nenhum documento oficial da Câmara Municipal que a dívida em 31.12.2009 era de 18.000.000,00.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que no fecho das contas de 2009 o valor das custas dos processos judiciais, no montante de cerca de 540.000,00, está incluído no valor total da dívida a 31 de Dezembro desse ano, e que tiveram mais algumas surpresas ao longo desses tempos que tiveram de honrar, o que infelizmente fez com que não se afastassem muito dos 18.000.000,00.

Disse que entre dívida de médio e longo prazo e juros que estão associados a essa dívida, pagaram em 10 anos o montante de 14.413.000,00, ao qual se junta o valor de 540.000,00 anteriormente referido, num orçamento com uma execução de 11.000.000,00.

Disse também que conhecendo o membro Almiro Moreira como conhece, que este não se revê no desastre financeiro que se registou até 2009.

Concluiu, referindo que a redução da dívida global do Município será uma das grandes marcas que ficará da sua passagem pela Câmara Municipal.

A AM deliberou por maioria com 9 abstenções (8 do GMPSD e 1 do CDS/PP) e 17 votos a favor (12 do Grupo Municipal do PS; 3 dos Presidentes das Juntas/União de Freguesias eleitos pelo PS; 1 do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho e 1 do Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros) aprovar os Documentos de Prestação de Contas de 2018.

6. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2019.

A AM tomou conhecimento.

7. Alteração ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.

Os serviços municipais remeteram à AM a seguinte informação: “Findo o prazo de apreciação pública das Alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado, junto envio para conhecimento na próxima reunião de Câmara o respectivo relatório: - Alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado - A Câmara Municipal de Castelo de Paiva, na sua reunião ordinária realizada no dia 31 de Outu-

bro de 2018, deliberou submeter à apreciação pública as alterações ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado, para cumprimento do disposto no artigo n.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual.

Durante um período de 30 dias úteis a contar da data da publicação do respetivo aviso em DR em 21 de janeiro de 2019, o edital e a ata de 21/06/2018 onde constam as referidas alterações, foram disponibilizados para consulta nos Serviços de Atendimento ao Público no Edifício dos Paços do Concelho, nas Juntas de Freguesia do concelho e no site oficial do Município- www.cm-castelo-paiva.pt- sobre os quais os interessados poderiam apresentar as suas sugestões ou observações, por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, no horário normal de expediente e durante o referido prazo.

Findo o prazo de apreciação pública que ocorreu no dia 21 de fevereiro, não foram apresentadas quaisquer sugestões ou retificações ao referido documento.”

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros, enquanto membro da “Comissão Municipal de Trânsito”, deu nota das principais alterações que constam do documento: na Vila de Sobrado a Rua Emídio Navarro passa a ter trânsito nos dois sentidos, e a aprovação da sinalética colocada junto à escola secundária.

O membro Paulo Martel usou da palavra para se referir ao estacionamento junto ao Palácio da Justiça, nomeadamente, com a colocação de placas de estacionamento exclusivo para o representante da Autoridade Tributária e para a Senhora Conservadora, tendo referido que este acto não tem eficácia externa se não for submetido à Assembleia Municipal. Disse que deveriam ter sido criados dois ou três lugares de estacionamento naquele local para os advogados que vêm de fora, tal como é feito noutros concelhos.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para dizer que já no anterior mandato defendeu várias vezes que todos os lugares de estacionamento privados na Vila de Sobrado, com a excepção do lugar em frente à Câmara

Municipal destinado a viaturas municipais, e dos lugares para deficientes, são ilegais. Disse que a Postura de Trânsito não prevê a existência de lugares privados, a não ser que sejam requeridos e dando lugar ao pagamento de uma taxa mensal, devendo portanto ser corrigidas as situações que estão ilegais.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para referir que subscrevia o teor da intervenção do membro Paulo Martel, e que deveriam haver lugares de estacionamento disponíveis para todos aqueles que necessitassem de ir ao Tribunal por curtos espaços de tempo.

O membro Giselda Neves usou da palavra para dizer que o executivo municipal deve estar mais atento à falta de papel nos parquímetros.

A AM deliberou por maioria com 2 abstenções dos membros António Magalhães (GMPSD) e Paulo Martel (CDS/PP), aprovar a alteração ao Anexo I da Postura Municipal de Trânsito da Vila de Sobrado.

O membro António Magalhães justificou a sua abstenção pelo facto de não ter sido convocado para as reuniões da “Comissão Municipal de Trânsito”, não sabendo se de momento faz parte da mesma.

8. Intervenção do público (cf. 41/1 do Reg.).

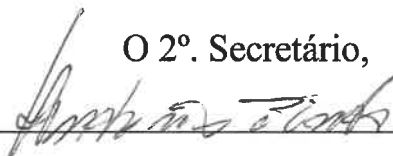
Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 00:15 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "António Luís Costa", is written over a horizontal line. The signature is enclosed within a rectangular frame defined by vertical lines on the left and right sides.

